



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

EDITAL Nº 020/2013

O DOUTOR ALFREDO RICARDO DE HOLANDA CAVALCANTE MACHADO, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no desempenho de suas atribuições institucionais, com fundamento no art.37, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 c/c artigo 105, parágrafo único da Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008 e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Estadual nº 72/2008, que prevê a atividade de estagiários no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO o minucioso estudo das carências de estagiários realizado pelo Núcleo Gestor de Estágio que resultou num planejamento pormenorizado das vagas de estágio no Ministério Público do Estado do Ceará, a partir de consulta realizada junto à Secretaria de Recursos Humanos da Procuradoria Geral de Justiça;

CONSIDERANDO o artigo nº 107, da Lei Complementar Estadual nº 72/2008, que estabelece que o número de estagiários que atuarão no âmbito do Ministério Público será fixado por ato do Conselho Superior do Ministério Público;

CONSIDERANDO os convênios firmados pelo Ministério Público do Estado do Ceará com as Instituições de Ensino Superior no âmbito do Estado do Ceará, viabilizando o recrutamento de estagiários para participação do processo seletivo;

CONSIDERANDO enfim, que as atividades de estágio constituem valiosos instrumentos de aprendizagem, por propiciarem ao estagiário a complementação de sua atividade discente, mediante acompanhamento e avaliação permanentes, de modo a constituir instrumento de integração em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

RESOLVE:

I – Tornar público, para conhecimento dos interessados, que no período de 10:00 horas do dia 03/06/2013 às 17:00 horas do dia 10/06/2013 (Horário de Brasília), estarão abertas as inscrições para o exame de seleção de estagiários, nas áreas acadêmicas e quantitativos definidos nos anexos II e III, a serem formalizadas, exclusivamente, através da Internet, no site www.mp.ce.gov.br/nuge/nuge.asp, para as vagas ofertadas na capital e interior do estado;

II – Os candidatos às vagas destinadas ao interior do estado, conforme anexo III, deverão indicar a sede da Regional que têm interesse em realizar a prova e, ainda, indicar, obrigatoriamente, três opções de comarcas de interesse de lotação daquela Regional;

III – Encerradas as inscrições, os candidatos serão avaliados por meio de prova escrita objetiva, contendo 50 (cinquenta) questões, valendo 0,2 (zero vírgula dois) décimos cada, dentre as disciplinas constantes no Anexo IV, sendo considerado inabilitado o candidato que não atingir o escore mínimo de 05 (cinco) pontos. A data, hora e local de realização da prova serão divulgados no site www.mp.ce.gov.br/nuge/nuge.asp. A data provável da referida divulgação é 17/06/2013.

IV – Por ocasião das provas, os candidatos deverão portar documento de identificação de validade nacional, com foto, comprovante de inscrição e caneta;

V – Considerar-se-á habilitado no certame o quantitativo correspondente a 07 (sete) vezes o número de vagas ofertadas para Capital e Interior do estado, conforme estabelecem os anexos II e III, que atingirem na nota final um escore mínimo de 05 (cinco) pontos;

VI – Os habilitados por ordem de classificação e dentro do número de vagas ofertadas no certame serão lotados conforme critérios de conveniência e oportunidade da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará;

VII – Caso haja empate na classificação final de dois ou mais candidatos, serão considerados na classificação, pela ordem, os seguintes critérios:

a) maior idade, considerando dia, mês e ano;

b) maior percentual dos créditos obrigatórios do curso, devidamente concluídos, independente do semestre em que esteja formalmente matriculado

O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

VIII – Mediante expedição de edital, o Procurador-Geral de Justiça convocará os estagiários habilitados para o início do exercício das atividades de estágio, de acordo com os quantitativos previstos nos anexos II e III, ocasião em que o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) prova de haver implementado um percentual de 40% (quarenta por cento) da totalidade dos créditos do curso de graduação nas áreas acadêmicas definidas neste edital (certidão emitida pela instituição de ensino superior), acompanhada de planilha das disciplinas cursadas e das notas obtidas (histórico escolar) e de estar matriculado (comprovante de matrícula) em um dos estabelecimentos de Ensino Superior do Estado do Ceará, conforme relação disposta no anexo I, conveniados com o Ministério Público do Estado do Ceará;
- b) declaração de disponibilidade de horário e opção de turno (disponível no local de entrega da documentação);
- c) declaração de inexistência de antecedentes criminais emitida no sítio eletrônico do TJ-CE (www.tjce.jus.br);
- d) documento relativo à qualificação pessoal do candidato (RG e CPF ou CNH) e certidão da quitação eleitoral emitida no sítio eletrônico do TRE-CE (www.tre-ce.gov.br) e militar (cópia da reservista), se for o caso;
- e) atestado de sanidade física e mental;
- f) atestado de idoneidade fornecido por 03 (três) membros do Ministério Público, ou autoridade de igual precedência, devidamente identificada.

IX – Caso o candidato não tenha interesse em assumir a vaga no momento em que for convocado, ser-lhe-á facultado requerer, por uma única vez, ao Núcleo Gestor de Estágio da Procuradoria Geral de Justiça, reposicionamento para o final da lista de aprovados, devendo o requerimento acima referido ser protocolado, junto à Procuradoria Geral de Justiça ou encaminhado, via SEDEX ou Aviso de Recebimento AR, à Procuradoria Geral de Justiça (Núcleo Gestor de Estágio) – Rua Assunção, nº 1.100 – Bairro José Bonifácio – CEP 60.050-011 – Fortaleza – Ceará, em até, no máximo, 02 (dois) dias úteis após a publicação da convocação, considerando, para este efeito, a data do protocolo ou da postagem. Caso não seja protocolado ou encaminhado referido requerimento no prazo estipulado, o candidato será automaticamente excluído da lista de classificação dos aprovados, por desistência.

X – Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas ofertadas no certame, em conformidade com o disposto no art. 17, § 5º, da Lei Federal nº 11.788/2008, devendo os candidatos que desejarem concorrer às vagas reservadas aos deficientes físicos, encaminhar, durante o período de inscrições, via SEDEX ou Aviso de Recebimento AR, à Procuradoria Geral de Justiça (Núcleo Gestor de Estágio) – Rua Assunção, nº 1.100 – Bairro José Bonifácio – CEP 60.050-011 – Fortaleza – Ceará, considerando, para este efeito, a data da postagem, o Laudo Médico (original ou cópia autenticada), expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID;

O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

XI – A atuação do estagiário será remunerada com bolsa de estudo no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) e auxílio-transporte, não criando qualquer vínculo com a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, sendo-lhe garantido a instituição de seguro contra acidentes pessoais, em decorrência do que dispõe o artigo 9º, Inciso IV, da Lei Federal nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008;

XII – A carga horária do estágio será de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais;

XIII – O exercício do estágio será precedido de assinatura do termo de compromisso de estágio, a ser subscrito pelo Procurador-Geral de Justiça, a Coordenadora do Núcleo Gestor de Estágio, a Instituição de Ensino Superior e o Estagiário;

XIV – A atuação do estagiário será sintetizada em resenha trimestral, devendo a mesma ser encaminhada pelo estagiário ao Núcleo Gestor de Estágio, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, com a finalidade de subsidiar a elaboração de programas de aperfeiçoamento e controlar o desempenho do estagiário;

XV – O Núcleo Gestor de Estágio manterá prontuário individualizado de cada estagiário, onde serão coligidas todas as informações acerca do seu desempenho e dados pessoais;

XVI – É permitido ao estagiário afastar-se do serviço nos dias de seus exames acadêmicos, mediante prévia ciência do membro do Ministério Público junto ao qual exercer o estágio;

XVII – O estagiário terá direito a período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado, preferencialmente, durante suas férias universitárias, sempre que o período de duração do estágio for igual ou superior a 01 (um) ano, conforme estabelece o artigo 14, da Resolução nº 42/2009, do Conselho Superior do Ministério Público;

XVIII – O estagiário poderá ser dispensado de suas funções, a pedido, ou desligado do quadro, por proposta fundamentada do membro do Ministério Público perante o qual estiver designado, por deliberação do Procurador-Geral de Justiça, sendo-lhe assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa, mediante recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da ciência da decisão;

XIX – O prazo de vigência das funções de estágio no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará será de 02 (dois) anos, consecutivos ou alternados, a contar da data de sua assinatura, não podendo em qualquer hipótese ultrapassar a conclusão do curso de ensino superior, caracterizado pela colação de grau pelo estagiário;

O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

XX – Os casos omissos e as dúvidas decorrentes do presente instrumento de convocação serão dirimidos a partir de orientações emanadas das Lei Federal nº 11.788/2008, da Lei Complementar Estadual nº 72/2008, da Resolução nº 42/2009, do CNMP, da Resolução CPJ nº 004/2009, do Provimento nº 58/2012, do Provimento nº 90/2013 e demais atos dos órgãos de Administração Superior do Ministério Público do Estado do Ceará.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 28 de maio de 2013.

Alfredo RICARDO de Holanda Cavalcante MACHADO
Procurador-Geral de Justiça



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO I - EDITAL Nº 020/2013

Nº	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	NÚMERO DO CONVÊNIO
01	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC	16/2009
02	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE	17/2009
03	UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA	18/2009
04	UNIVERSIDADE VALE DO ACARAU – UVA	19/2009
05	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA – UNIFOR	20/2009
06	FACULDADE PARAÍSO – FAP	21/2009
07	FACULDADE SETE DE SETEMBRO – FA7	22/2009
08	INSTITUTO CEARÁ DE ENSINO E CULTURA – ICEC	23/2009
09	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ – IESC	24/2009
10	FACULDADE CATÓLICA RAINHA DO SERTÃO – IFTNSIRS	25/2009
11	FACULDADE INTEGRADA DO CEARÁ – FIC/ESTÁCIO	26/2009
12	FACULDADE FARIAS BRITO – FFB	27/2009
13	INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO LTDA – FACULDADE CHRISTUS	28/2009
14	FACULDADE CEARENSE – FAC	29/2009
15	FACULDADE JUAZEIRO DO NORTE – FJN	30/2009
16	FACULDADE METROPOLITANA GRANDE FORTALEZA – FAMETRO	31/2009
17	FACULDADE VALE DO SALGADO – FVS	32/2009
18	INTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FORTALEZA – IESF	33/2009
19	FACULDADE ATENEU – FATE	34/2009
20	FACULDADE DE TECNOLOGIA DO NORDESTE – FATENE	35/2009
21	INSTITUTO SUPERIOR DE TECNOLOGIA APLICADA – INTA	36/2009
22	FACULDADE DE TECNOLOGIA INTENSIVA – FATECI	37/2009
23	FACULDADE DE TECNOLOGIA INFORMÁTICA – FATI	38/2009
24	FACULDADE DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS DE FORTALEZA –	39/2009

O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

	FCTFOR	
25	FACULDADE LUCIANO FEIJÃO – FLF	40/2009
26	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE	41/2009
27	FACULDADE NORDESTE – FANOR	05/2010
28	FACULDADE LEÃO SAMPAIO – FLS	06/2010
29	FACULDADE INTEGRADA DA GRANDE FORTALEZA – FGF	08/2011

Assinatura manuscrita em tinta azul, localizada à direita da tabela.

O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO II - EDITAL Nº 020/2013

CAPITAL		
Nº	ÁREA ACADÊMICA	Nº DE VAGAS
01	ADMINISTRAÇÃO	02 + C.R
02	BIBLIOTECONOMIA	C.R
03	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	C.R
04	DIREITO	35 + C.R
05	ENGENHARIA CIVIL	02 + C.R
06	INFORMÁTICA - SISTEMAS	01 + C.R
07	INFORMÁTICA - SUPORTE	01 + C.R
08	PEDAGOGIA	01 + C.R
	TOTAL	42 + C.R

C.R (Cadastro de Reserva)

O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO III – EDITAL Nº 020/2013

INTERIOR DO ESTADO – ÁREA ACADÊMICA: DIREITO		
REGIONAL ^{1/} SEDE	COMARCAS	VAGAS ² OFERTADAS PARA A REGIONAL
1ª JUAZEIRO DO NORTE	Juazeiro do Norte, Crato, Santana do Cariri, Assaré, Campos Sales, Araripe, Barbalha, Caririaçu, Farias Brito, Missão Velha, Jardim, Milagres, Brejo Santo, Jati, Porteiras, Mauriti, Barro, Ipaumirim, Aurora, Nova Olinda, Antonina do Norte.	05
2ª IGUATU	Iguatu, Várzea Alegre, Saboeiro, Cariús, Jucás, Icó, Cedro, Acopiara, Quixelô, Orós, Catarina, Aiuaba, Parambu, Lavras da Mangabeira e Baixio.	05
3ª QUIXADÁ	Quixadá, Mombaça, Senador Pompeu, Pedra Branca, Solonópole, Quixeramobim, Canindé, Aracoiaba, Capistrano, Itapiúna, Baturité, Itatira, Mulungu, Pacoti, Aratuba e Piquet Carneiro.	05
4ª RUSSAS	Russas, Jaguaribe, Pereiro, Limoeiro do Norte, Jaguaratama, Iracema, Alto Santo, Tabuleiro do Norte, Morada Nova, Quixeré, Jaguaruana, Beberibe, Cascavel, Aracati, Fortim, Icapuí e Ibicuitinga.	05
5ª MARACANAÚ	Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Itaitinga, Eusébio, Aquiraz, Pindoretama, Horizonte, Pacajus, Chorozinho, Redenção, Palmácia, Guaiúba, Barreira e Acarape.	05
6ª CAUCAIA	Caucaia, Pentecoste, São Luis do Curu, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Caridade, Itapipoca, Umirim, Uruburetama, Trairi e Itapajé.	05
7ª SOBRAL	Sobral, Chaval, Granja, Camocim, Uruoca, Massapê, Meruoca, Cariré, Groaíras, Coreaú, Forquilha, Santana do Acaraú, Irauçuba, Marco, Bela Cruz, Cruz, Morrinhos, Itarema, Acaraú, Amontada, Barroquinha e Jijoca de Jericoacoara.	05

1 O quadro das Unidades Regionais do Ministério Público está em conformidade com o anexo III da Lei nº 14.435 de 06 de Agosto de 2009.

2 Não havendo candidatos para o preenchimento de todas as vagas ofertadas para uma determinada Regional, estas poderão ser remanejadas para outra Regional, bem como para a capital do Estado, considerando a existência de cadastro de reserva.

O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

8ª TIANGUÁ	Tianguá, Frecheirinha, Ubajara, Ibiapina, Carnaubal, Guaraciaba do Norte, Ipu, São Benedito, Croatá, Mucambo, Graça, Reriutaba, Varjota e Viçosa do Ceará.	05
9ª CRATEÚS	Crateús, Novo Oriente, Independência, Tamboril, Tauá, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Hidrolândia, Boa Viagem, Santa Quitéria, Madalena, Ipueiras, Ipaporanga, Poranga, Ararendá e Quiterionópolis	05



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

ANEXO IV – EDITAL Nº 020/2013

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

1 – Noções de Administração: 1 Abordagens clássica, burocrática e sistêmica da administração. 2. Evolução da administração pública no Brasil após 1930. 3. Reformas administrativas. 4. A nova gestão pública.

2 – Noções de Administração Pública: 1. Princípios da Administração Pública. 2. Lei das Licitações e Contratos Públicos - Lei nº. 8.666/93 e suas alterações. 3. Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101/2000 (Lei Complementar).

3 – Noções de Ética: 1 Ética e moral. 2 Ética, princípios e valores. 3 Ética e democracia: exercício da cidadania. 4 Ética e função pública. 5 Ética no Setor Público.

4 – Noções de Gestão de Pessoas: 1. Equilíbrio organizacional. 2 Objetivos, desafios e características da gestão de pessoas. 3. Comportamento organizacional: relações indivíduo/organização, motivação, liderança, desempenho.

5 – Noções de Processo Administrativo: 1. Processo administrativo. 2. Funções da administração: planejamento, organização, direção e controle. 3. Estrutura organizacional. 4. Cultura organizacional.

6 – Noções de Gestão de Qualidade: 1 Principais teóricos e suas contribuições para a gestão da qualidade. 2. Ciclo PDCA. 3. Ferramentas de gestão da qualidade. 4 Noções de gestão de processos: técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos.

7 – Noções de Administração de Recursos Materiais: 1 Classificação de materiais. 2 Gestão de estoques. 3 Compras. 4. Cadastro de fornecedores. 5. Gestão patrimonial. 6. Tombamento de bens. 7. Controle de bens. 8. Inventário. 9. Alienação de bens. 10. Alterações e baixa de bens.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

1 – História dos Registros do Conhecimento: Unidade 1 - Memória, Narrativa e Oralidade; História e memória; Unidade 2 - O Surgimento dos Suportes da Escrita 2.1 A Historicidade da Cultura Escrita; 2.2 Os Suportes da escrita através dos tempos; 2.3 Livro, Leitura e Leitores; 2.4 O Registro do conhecimento: questões políticas, sociais, culturais e educacionais. Unidade 3 - Biblioteca e Conhecimento.

2 – Informática Aplicada à Biblioteconomia e Ciências da Informação: Unidade 1 - 1.1 Interface, documentação e informática; 1.2 Tipos de sistemas automatizados para bibliotecas e centros de informação; 1.3 Tecnologias aplicáveis à informática documentária. Unidade 2 - 2.1 Metadados, representação do conhecimento e a recuperação de informação. Unidade 3 - Avaliação de sistemas WEB na área de documentação. Unidade 4 - 4.1 Gestão eletrônica de documentos, Workflow aplicado ao processo de autoria; 4.2 Autenticidade e Integridade e Confiabilidade de documentos eletrônicos; Projeto de sistemas informatizados para unidades de informação.

3 – Introdução à Biblioteconomia: Unidade 1 - Conceitos básicos sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação 1.1 Visão histórica da evolução e dos campos de ação da Biblioteconomia; Unidade 2 - Terminologia profissional 2.1 - Disciplinas de formação profissional e interdisciplinaridade; 2.2 Ações educativas, sociais,

O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

culturais, políticas e técnicas do bibliotecário; 2.3 Tipologia das Bibliotecas. Unidade 3 - Aspectos legais e profissionais, mercado de trabalho e perfil profissional; 3.1 Legislação, ética e compromisso profissional; 3.2 Competência e valorização da profissão.

4 – Introdução à pesquisa documental: Unidade 1 - A informação, o conhecimento e a pesquisa; 1.1 O conhecimento popular (senso comum) e o conhecimento científico; 1.2 A comunicação científica. Unidade 2 – A Universidade acadêmica e a pesquisa 2.1 A formação acadêmica do educando sob os prismas: científico, profissional e político. O início das situações de aprendizagem; 2.2 A biblioteca e a internet como apoio em situações de estudo e pesquisa; 2.3 Biblioteca: conceito, tipos e funções; 2.4 Fontes de informação: gerais e especializadas; 2.4.1 Primárias, secundárias e terciárias.

5 – Tecnologias da Informação I: Unidade 1 – Breve História da Ciência no século XIX, XX e XXI: a Física, a Cibernética, a Cognição e as Ciências da Informação; 1.2 Um Breve Histórico das Tecnologias da Comunicação e da Informação; 1.3 Reflexões sobre as Implicações do espaço-tempo na Cognição e nas Tecnologias e Sistemas de Informação; Unidade 2 - A cultura das interfaces 2.1 As Redes Neurais, virtuais e a configuração das redes materiais; 2.2 A Arquitetura do Cérebro Humano e a Arquitetura das Tecnologias da Informação.

6 – Editoração: Unidade 1 - Conceitos de Editoração e Editor; 1.1 O papel do editor; 1.2 O fazer bibliotecário no processo de editoração; 1.3 Comunicação Científica e Produção Intelectual; 1.4 Leitura e Legibilidade; 1.5 Direito Autoral. Unidade 2 - Evolução dos processos editoriais; 2.1 Política Editorial; 2.2 Processo Editorial; 2.3 Normas Técnicas de Editoração; 2.4 Marketing Editorial. Unidade 3 - Editoração Eletrônica 3.1 Cibercultura e Ciberespaço – Reflexões; 3.2 Periódicos Científicos Eletrônicos; 3.3 SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas; 3.4 Utilização da ferramenta SEER.

7 – Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e Ciências da Informação: Unidade 1 - Abordagem conceitual de Biblioteconomia; 1.1 A biblioteca como instituição social que interfere e recebe influência do contexto sócio, político, econômico e cultural e as mudanças paradigmáticas da Biblioteconomia; Unidade 2 - A Ciência da Informação e a reinvenção da sociedade moderna: a informação como mercadoria 2.2 As relações interdisciplinares da Ciência da Informação com a Biblioteconomia, Documentação e as Tecnologias de Informação e Comunicação 2.3 Abordagem epistemológica da Ciência da Informação; 2.3.1 O processo sócio-histórico de construção do objeto de informação como ciência; 2.3.2 A nova relação entre a sociedade, o indivíduo e o saber no mundo globalizado: o contexto sócio-cultural no qual se dão os processos de socialização e de transmissão das informações.

8 – Tecnologias da Informação II: Unidade 1 1.1 Tecnologia da Informação, Conceitos e Paradigmas; 1.2 Tecnologia da Informação e a Gestão da Informação; 1.3 Sistemas de Informação, tipos e classificação. Unidade 2 2.1 Sistemas de Informação para a Tomada de Decisão; 2.2 Sistemas de Informação para a Gestão da Informação; 2.3 Sistemas de Especialistas - Descoberta de Informações. Unidade 3 3.1 Internet, WEB e Tecnologias relacionadas; 3.2 Mobilidade e Sistemas de Informação; Unidade 4 4.1 Gestão Eletrônica de Documentos; 4.2 Ensino à Distância; 4.3 Segurança da informação e Segurança de Sistemas.

9 – Teoria e prática da Leitura: Unidade 1 – Leitura e leitor 1.1 Os papéis do sujeito da leitura; Contando histórias de vida: oral, escrita e portfólio. Unidade 2 – Leitura 2.1 Diferentes enfoques: sócio-interacionista, estética da recepção, letramento; 2.2 Semiótica: leitura de imagens. Unidade 3 – Problemática da leitura 3.1 Social; 3.2 Cultural; 3.3 Educacional. Unidade 4 – Formação do leitor 4.1 Família; 4.2 Escola; 4.3 Biblioteca; 4.4 Literatura; 4.5 Bibliotecário. Unidade 5 – Políticas de leitura no Brasil.

O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

10 – Teorias da Informação e da Comunicação: Unidade - 1 Epistemologia da Informação e da Comunicação: 1.1 Possíveis origens; 1.2 Polissemia dos termos; 1.3 Em busca de uma definição; 1.4 Elementos do processo informacional/comunicacional; 1.5 Informação versus comunicação e objeto de estudo. Unidade 2 - Mídia e contexto social 2.1 Algumas nomeações e características; 2.2 O papel dos meios de informação/comunicação; 2.3 Imagem e realidade.

11 – Controle dos Registros do Conhecimento: Unidade 1 – Introdução 1.1 Apresentação e análise das expectativas dos alunos; 1.2 Discussão do plano de ensino; 1.3 Exposição das técnicas de avaliação. Unidade 2 – Controle Bibliográfico 2.1 Conceitos, origem, evolução e importância. Unidade 3 – Controle Bibliográfico Universal 3.1 Criação, objetivos, estrutura e princípios. Unidade 4 – Organismos Nacionais e Internacionais 4.1 Agência Bibliográfica Nacional; 4.2 Biblioteca Nacional e IBICT; 4.3 IFLA – FID e UNESCO. Unidade 5 – Meios e instrumentos do Controle Bibliográfico 5.1 Depósito Legal e Bibliografia Nacional; 5.2 Catalogação na fonte; 5.3 Padronização da descrição bibliográfica; 5.4 ISBN e ISSN; 5.5 Catálogo coletivo. Unidade 6 – Controle Bibliográfico e as novas tecnologias.

12 – Cultura e Mídia: Unidade 1 - Breve histórico da cultura 1.1 Cultura: um conceito antropológico; 1.2 Evolução dos conceitos de cultura; Unidade 2 - A semiótica da cultura; Unidade 3 – Os meios de comunicação de massa 3.1 Breve histórico; 3.2 A mídia como sincronizador social; 3.3 Mídia e comportamentos culturais; 3.3.1 Identidades culturais: manutenção e atualização; 3.3.2 Crises de sentido e de identidade. Unidade 4 – Os símbolos midiáticos: produção, ascensão e substituição.

13 – Fontes Gerais de Informação: Unidade 1 – Fontes de informação 1.1 Conceito, tipologia, características e a finalidade, relevância no processo de transferência da informação, apreensão e transformação do conhecimento; 1.2 Anais de informação registrados. A comunicação científica. Unidade 2 – Diversidade das fontes de informação 2.1 Fontes primárias, secundárias e terciárias – manuais e eletrônicas: conceitos, características e função social; 2.2 Fontes primárias; 2.3 O livro, o periódico, a dissertação, a monografia de especialização e tese. A Literatura Cinzenta; 2.4 Encontros científicos e relatórios técnicos; 2.5 Patentes e normas técnicas.

14 – Metodologia do trabalho científico: Unidade 1 – Abordagem geral da pesquisa científica 1.1 Tipos da pesquisa 1.1.1 A pesquisa científica; 1.1.2 A pesquisa comunicativa; 1.1.3 Método e técnica da pesquisa científica. Unidade 2 - A pesquisa das fontes de informação nos projetos de pesquisa. Unidade 3 – Tipologia dos documentos 3.1 monografia, TCC, dissertação e tese; 3.2 Relatórios; 3.3 Publicações seriadas e periódicas; 3.4 Coletâneas; 3.5 Publicações de referência; 3.6 Resumos, resenhas e resenhas; Unidade 4 – Normalização da documentação; 4.1 Órgãos nacionais e internacionais de padronização: ISO, ABNT e VANCOUVER; 4.2 Normas Brasileiras Registradas de Documentação da ABNT: NBRs.

15 – Métodos Quantitativos em Biblioteconomia e Ciências da Informação: Unidade 1 – Séries estatísticas; Unidade 2 – Números relativos; Unidade 3 – Criação de índices; Unidade 4 – Distribuição de frequência; Unidade 5 – Medidas de variabilidade; Unidade 6 – Noções de amostragem.

17 – Fontes Especializadas de Informação: Unidade 1 – Introdução à Bibliografia Especializada; Unidade 2 – Fontes de Informação Secundárias e Terciárias; 2.1 Classificações gerais e especializadas; 2.2 Importância das fontes ao serviço de informação.

18 – Gestão de Recursos Humanos em Unidades de Informação: Unidade 1 - Gestão de pessoas: conceitos – desafios; Unidade 2 - Princípios de liderança; Unidade 3 - Técnicas de motivação; unidade 4 - Planejamento estratégico da gestão de pessoas; Unidade 5 - Formação de equipes; Unidade 6 - Melhoria de qualidade; Unidade 7 - Políticas de desenvolvimento de pessoal; Unidade 8 - Ética profissional.

O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

19 – Representação Descritiva da Informação Unidade 1 – Catalogação; 1.2 O livro e seus elementos de identificação. Unidade 2 - Código de Catalogação Anglo-Americano – AACR2: estrutura e uso 2.1 AACR2: Princípios de catalogação; Unidade 3 - Catalogação cooperativa, catalogação centralizada e catalogação na fonte; Unidade 4 - Automação da catalogação. Projeto Marc. Projeto Calco.

20- Fundamentos de Arquivologia: Unidade 1 - Informação, Documento e Arquivo; Unidade 2 - Teorias e Princípios da Arquivologia; Unidade 3 - O panorama mundial das teorias e práticas arquivísticas; 3.1 A realidade arquivística brasileira. Unidade 4 - As diferenciações entre informações e documentos arquivísticos e bibliográficos;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

1 – Contabilidade Geral: 1. Conceito, objeto, finalidade e campo de atuação; 2. Princípios Fundamentais de Contabilidade de acordo com a Resolução 750/93-CFC; 3. Classificação e contabilização de fatos típicos; 4. Conciliação bancária; 5. Escrituração: lançamento contábil, elementos, composição e fórmulas; 6. Livro Diário e Razão. 7. Balancete: movimentação das contas, apuração de saldos, saldos devedores, saldos credores; 8. Contas patrimoniais e contas de resultado. 9. Receitas e despesas: pagamentos, recebimentos, antecipações e atrasos; 10. Regimes de caixa e competência; 11. Operações com mercadorias: os estoques, o custo das vendas e o resultado com mercadorias, equação e apuração; 12. Análise das demonstrações financeiras: Análise horizontal e vertical, Índices econômico-financeiros;

2 – Legislação aplicada a contabilidade: 1. Lei 6.404/76 e alterações posteriores; 2. Código de ética profissional do contabilista-CEPC Resolução CFC 803/96; 3. Normas Brasileiras de Contabilidade: NBC T3- Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis; 4. Normas de contabilidade aplicadas ao setor público- NBCASP Resoluções CFC nº 1.128, nº 1.129, nº 1.130, nº 1.131, nº 1.132, nº 1.133, nº 1.134, nº 1.135, nº 1.136 e nº 1.137, de 21/11/08; 5. Resolução CFC nº 1.111, de 29/11/07 – apresenta interpretação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade sob a ótica do setor público; 6. Lei 10.406/02-Código Civil-Arts. 62 a 69.

3 – Noções de Direito Público: 1. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, controle externo e os sistemas de controle interno-Arts. 70 a 75 da CF/88; 2. Finanças Públicas- Art. 163 a 169 da CF/88; 3. Licitação: Princípios, finalidade, objeto, obrigatoriedade, Dispensa e Inexigibilidade; 4. Organização Administrativa: administração direta e indireta, autarquias, fundações públicas; empresas públicas, sociedades de economia mista; 5. Instituições do terceiro setor; 6. Modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão; 7. Procedimentos licitatórios: Edital, recebimento da documentação e proposta, homologação e adjudicação, anulação e revogação.

4 - Matemática financeira: 1. Juros e descontos simples; 2. Juros e descontos compostos; 3. Séries de pagamentos; 4. Sistemas de amortização de empréstimos e financiamentos: sistema de amortização francês-tabela price;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO CURSO DE DIREITO

1 – Ciência Política e Teoria do Estado: 1. Conceito de Política; 2. O Estado na história e suas interpretações; 3. Poder do Estado e Ideologias modernas; 4. Tópicos Fundamentais da teoria social, sintetizando politicamente o Estado; 5. Estado Moderno; 6. Formas e Sistemas de Governo; 7. Sociedade e Estado no Brasil.

O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

2 – Introdução a Ciência do Direito: 1. Enfoque para o saber jurídico; 2. A epistemologia jurídica; 3. A pluralidade de significações do direito; 4. A ciência do direito; 5. Dogmática Jurídica; 6. As escolas jurídicas; 7. Teoria do ordenamento jurídico e a questão das antinomias jurídicas; 8. Fontes do direito; 9. Enciclopédia jurídica; 10. Relação jurídica; 11. A argumentação jurídica e o estado de direito; 12. Noções básicas de hermenêutica e interpretação do direito; 13. Integração e o problema das lacunas no direito; 14. O dogma da completude do ordenamento jurídico; 15. Juscibernética.

3 – Direito Civil I: 1. Raízes do direito civil; 2. Noções sobre aspectos da lei de introdução ao código civil (art. 1º ao 7º); 3. A evolução histórica do direito civil brasileiro; 4. As pessoas, os bens, os atos, os fatos, e os negócios jurídicos; 5. Os negócios jurídicos e seu regime; 6. A prescrição e a decadência; Da prova;

4 – Direito Penal I: 1. Conceito, objetivo e características do Direito Penal; 2. Normas jurídicas e penas; 3. Fontes e princípios fundamentais; 4. Evolução do direito penal no Brasil; 5. Aplicação da lei penal (art. 1 a 12 do Código Penal); 6. Crime (art. 13 a 25 do Código Penal); 7. Imputabilidade Penal (art. 26 a 28 do Código Penal); 8. Penas: espécies, requisitos, aplicação, concurso de crime, suspensão condicionada, efeitos de condenação, reabilitação; 9. Medidas de segurança (art. 96 a 99 do Código Penal); 10. Ação penal (art. 100 a 106 do Código Penal).

5 – Direito Constitucional I: 1. História e evolução do constitucionalismo brasileiro; 2. Importância e supremacia do Direito Constitucional; 3. A Constituição de 88; 4. O Poder Constituinte; 5. Teoria da Ordem Constitucional; 6. Princípios Constitucionais e os Direitos e Garantias Individuais e Coletivos.

6 – Filosofia do Direito: 1. Noções de Filosofia do Direito: conceito, objeto, método; 2. Filosofia do Direito x Ciência do Direito; 3. Relação da Filosofia do Direito com os demais saberes jurídicos; 4. A evolução histórica da Filosofia do Direito; 5. Principais sistemas filosóficos – jurídicos; 6. A Filosofia Do Direito no Brasil e no Ceará.

7 – Direito Civil II: 1. O Direito das obrigações com seus temas fundamentais: das obrigações em geral; classificação; obrigações quanto ao objeto; obrigações quanto ao sujeito; execução das obrigações, modalidade de pagamentos e outros meios de extinção das obrigações. 2. Execução das obrigações e suas consequências; 3. Garantias e privilégios de crédito; 4. Transmissão das obrigações.

8 – Direito Penal II: 1. Os tipos penais existentes na parte especial do Código Penal; 2. Crimes contra a pessoa; 3. Crimes contra o patrimônio; 4. Crimes contra a propriedade imaterial; 5. Crimes contra a organização do trabalho.

9 – Direito Civil III: 1. Apresentação da teoria geral do contrato, sua formação e classificação; 2. Análise das espécies contratuais previstas no código civil e outras espécies contratuais; 3. Estudo da responsabilidade civil; 4. Responsabilidade objetiva e subjetiva, a culpa; 5. Conceito e espécie, e as declarações unilaterais de vontade.

10 – Direito Penal III: 1. Crimes contra a família; 2. Crimes contra a incolumidade pública; 3. Crimes contra a paz pública; 4. Crimes contra a fé pública e dos crimes contra a administração pública.

11 – Teoria Geral do Processo: 1. A teoria geral do processo; 2. Sociedade e Tutela Jurídica; 3. A norma processual; 4. Princípios gerais do direito processual; 5. Jurisdição; 6. Organização judiciária; 7. Competência; 8. Serviços auxiliares da justiça; 9. Das funções essenciais à justiça; 10. Ação; 11. Processo e Procedimento.

12 – Direito Constitucional II: 1. Organização do Estado Brasileiro e dos Poderes da República; 2. Processo Legislativo; 3. O Poder Executivo; 4. O Poder Judiciário; 5. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

13 – Direito Processual Penal I – 1. Introdução ao Direito Processual Penal; 2. Princípios Constitucionais do Processo Penal; 3. Sujeitos Processuais; 4. Inquérito Policial; 5. Prisão Processual e liberdade provisória; 6. Ação Penal; 7. Competências no Processo Penal.

14 – Direito Processual Civil I - O estudo do processo de conhecimento e os recursos em matéria civil: 1. Petição inicial; 2. Respostas do réu; 3. Saneamento; 4. Prova; 5. Sentença; 6. Teoria geral dos recursos e suas espécies; 7. Coisa julgada e ação rescisória.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

1 – Introdução a Engenharia Civil: 01.01 - A importância social da engenharia; Campo de atuação do profissional. Áreas de atuação do engenheiro civil. 02.01 - Construção civil; 02.02 - Estrutura; 02.03 - Geotecnia; 02.04 - Hidráulica; 02.05 - Saneamento; 02.06 - Recursos Hídricos; 02.07 - Transportes. 03.01 - Controle social do exercício da profissão e responsabilidade profissional do engenheiro civil. 03.02 - Os órgãos regulamentadores: o sistema CONFEA/ CREA.

2 – Estatística Básica: 01.01 - População, amostra e amostragem; 01.02 - Fenômeno (determinístico e aleatório); 02.01 - Tipos de dados estatísticos e sua obtenção. 02.02 - Variáveis discretas e contínuas; 02.03 - Amostragem probabilística e não probabilística. Representação tabular e gráfica. 03.01 - Interpretar os gráficos em: Coluna ou barra, Linha, Pizza, Polar. Medidas de posição e dispersão. 04.01 - Moda; 04.02 - Mediana; 04.03 - Média; 04.04 - Dispersão absoluta (variância e desvio padrão). 05.01 - Noções de probabilidade.

3 – Mecânica Geral: Equilíbrio dos corpos rígidos; 01.01 - Introdução; 01.02 - Forças externas em corpos rígidos; 01.03 - Momento de força; 01.04 - Noções de vínculo e grau de liberdade. Esforços simples. 02.01 - Forças internas; 02.02 - Diagrama de corpo livre; 02.03 - Apoios e vínculos; 02.04 - Esforço cortante e esforço normal; 02.05 - Momento fletor e momento torçor; 02.06 - Noções de diagramas de esforços. Geometria das massas. 03.01 - Momento de inércia de áreas. 03.02 - Momentos retangulares de inércia.

3 – Geologia Aplicada a Engenharia: Áreas de atuação da Geologia Aplicada; 01.01 - Principais minerais formadores de rochas e que apresentam importância para a engenharia. Rochas. 02.01 - Origem e tipos de rochas mais importantes para utilização na engenharia; 02.02 - Conceitos; Classificação das rochas; 02.03 - Rochas ígneas. 02.04 - Rochas sedimentares. 02.05 - Rochas metamórficas. Solos. 03.01 - Gênese dos solos; 03.02 - Pedregulhos, areias, siltes e argilas - características. Aplicação de Rochas e Solos em Obras de Engenharia; 04.01 - Definições. Pedreira e jazida de solo; 04.02 - Aplicação das rochas e solos como materiais naturais na construção civil, em estradas e em barragens. Águas Continentais de Superfície. 05.01 - Ciclo hidrológico; 05.02 - Bacia hidrográfica. Água Subterrânea; 06.01 - Diversas formas de obtenção da água subterrânea e a sua ação no subsolo; 06.02 - Captação das águas subterrâneas; 06.03 - Fontes e poços. Investigação do Subsolo; 07.01 - Principais métodos de investigação do subsolo; 07.02 - Métodos indiretos e diretos manuais; 07.03 - Sondagem à percussão e rotativa. 07.03 - Importância da sondagem nos projetos de engenharia. Barragens; 08.01 - Tipos de barragens.

4 – Mecânica dos Fluidos: 01.01 - Definição e propriedades dos fluidos. Fundamentos da estática dos fluidos; 02.01 - Empuxo em superfícies; 02.02 - Princípio de Arquimedes. Fundamentos da cinemática dos fluidos; 03.01 - Comportamento dos fluidos em repouso e em movimento. 03.02 - Equação da continuidade – vazão. 03.03 - Equação de Bernoulli; 03.04 - Perda de carga em condutos de seção constante; 03.05 - Fórmulas racionais para a perda de carga; 03.06 - Perda de carga no regime laminar e no regime turbulento; 03.07 - Condutos lisos e rugosos; 03.08 - Equação da quantidade de movimento.

5 – Resistência dos Materiais I: Conceitos básicos de resistência dos materiais; 01.01 - Deslocamento, tensão e deformação. 01.02 - Diagrama de esforço normal; 01.03 - Diagrama tensão x deformação; 01.04 - Lei de Hooke; 01.05 - Tensão admissível; 01.06 - Variação de temperatura; 02.01 - Definição de cisalhamento puro e torção pura; 02.02 -

O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Diagrama de momento torçor; 03.01 - Definição de flexão pura; 03.02 - Diagrama de momento fletor; 03.03 - Tensão Normal; 04.01 - Definição de flexão simples reta; 04.02 - Diagrama de esforço cortante; 04.03 - Tensões de cisalhamento em barras submetidas à flexão simples reta. 05.01 - Definição de flexão simples oblíqua; 05.02 - Análise da posição da linha neutra. 06.01 - Definição de flexão composta.

6 – Topografia: Fundamentos de topografia; 01.01 - Conceito, objetivos e aplicações da topografia; 01.02 - Meridianos magnéticos e verdadeiros, rumos, azimutes e declinação magnética; 01.03 - Conceitos de altimetria e planimetria; 01.04 - Curvas de níveis; Definições e aplicações; 01.05 - Avaliação de áreas e volumes.

7 – Estática das Construções I: Esforços seccionais em estruturas isostáticas. 01.01 - Reações de apoio; 01.02 - Diagramas em estruturas isostáticas planas. 01.03 - Definição dos esforços internos solicitantes, convenções e diagramas; 01.04 - Equações fundamentais da estática. Vigas isostáticas; 02.01 - Reações de apoio, esforços seccionais e traçado dos diagramas para vigas bi-apoiadas com: cargas uniformemente distribuídas, cargas concentradas, momento concentrado; 02.02 - Vigas Gerber; 03.01 - Cinemática dos corpos rígidos aplicada à estruturas reticuladas e aperticadas.

8 – Hidráulica Aplicada: Bases teóricas da hidráulica. 01.01 - Regimes de escoamento; 01.02 - Equações básicas da continuidade, do movimento e da energia. Condutos forçados. 02.01 - Conceitos básicos; Perda de carga contínua: Lei de Darcy-Weisbach; Perda de carga localizada. 02.02 - Conceitos de tubos lisos e rugosos; Adutoras, instalações de recalque e transientes hidráulicos. 03.01 - Transientes hidráulicos em condutos forçados: golpe de aríete. Escoamentos com superfície livre - Movimento uniforme. 05.01 - Regimes de escoamento: Número de Froude; 05.03 - Tipos de seção. Elementos geométricos das seções livres; Profundidade crítica; 05.06 - Fórmula Manning. 05.07 - Canais não revestidos. Escoamentos com superfície livre - 06.01 - Movimento gradualmente variado. 06.02 - Curvas de remanso; 06.03 - Ressaltos hidráulicos. 07.01 - Vertedores de soleira delgada, retangular, triangular e espessa; 07.02 - Medidores de vazão tipo Parshall.

9 – Materiais de Constr. Civil I: Propriedade mecânicas e físicas dos materiais; 01.01 - Fases metálicas; 01.02 – Metais e ligas metálicas; Aço e ferros-fundidos; 01.03 - Ensaio de tração - Aço para construção civil. 02.01 - Materiais poliméricos; 03.01 - Madeiras; 04.01 - Tintas e vernizes. 05.01 - Pedras naturais usadas na construção civil. 05.02 - Agregados. 05.03 - Características dos agregados mais convenientes para a confecção dos diversos tipos de concreto. 05.04 - Características e classificação; 05.05 - Composição granulométrica; 05.06 - Areias: classificação quanto: natureza, forma de grãos. 05.07 - Coeficiente de vazios; 06.01 - Materiais cerâmicos. 06.02 - Propriedades; 07.01 - Tintas, vernizes, lacas e esmaltes; 07.02 - Característica das tintas. 07.03 - Generalidades; 07.04 - Métodos de aplicação. 08.01 – Vidros; 08.02 - Propriedades. 08.03 - Tipos. 08.04 - Materiais betuminosos; 08.05 - Aplicabilidade destes materiais na construção civil. 08.06 - Asfalto; 08.07 - Emulsões; 08.09 - Misturas betuminosas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO CURSO DE INFORMÁTICA – SISTEMAS E SUPORTE

Componentes básicos do hardware: integração entre os componentes, dispositivos e periféricos; software de produtividade pessoal: edição de textos e planilhas eletrônicas (Microsoft Office e Br Office/Libre Office; conceitos de algoritmos e programas; conceitos de linguagens de programação; estruturas de dados; Programação Orientada a Objetos; noções de banco de dados relacionais e linguagem SQL; noções de arquitetura Cliente/Servidor; noções de UML (Unified Modeling Language); Linguagem Java; Arquitetura Web; noções de linguagem PHP e ASP.Net; conceitos de sistemas operacionais; noções de criptografia; noções de assinatura digital e autenticação; Sistema operacional Windows XP Professional e Windows 7 Professional; Conceitos de redes de computadores: modelo OSI, principais padrões de enlace, arquitetura TCP/IP, endereçamento IP e equipamentos de rede; Serviços de rede (DHCP, DNS, FTP, ICMP, HTTP, SSH, SMTP e DNS).

O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO CURSO DE PEDAGOGIA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS/DIDÁTICA: 1. Filosofia da Educação: Ciência da Educação; 2. Educação, Escola, Professores e Comunidade; Função Social da Escola; Papel da Didática na Formação do Professor; 3. Os componentes do Processo Didático Básico: Ensino e Aprendizagem; Tendências Pedagógicas no Brasil e a Didática; Aspectos Fundamentais da Pedagogia; Didática e Metodologia; 4. Disciplina uma questão de Autoridade ou de Participação; O Relacionamento na Sala de Aula; O Processo de Ensinar e Aprender; 5. O Projeto Político Pedagógico da Escola; O Plano de Ensino e Plano de Aula 6. Relações Professor – Aluno: A atuação do Professor como incentivador e aspectos sócio- emocionais.

LEGISLAÇÃO: 1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei Nº 9.394/96, de 20/12/96; 2. Da Educação Infantil; 3. Do Ensino Fundamental; 4. Da Educação de Jovens e Adultos; 5. A LDB e a Formação dos Profissionais da Educação.

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ: 1. Resolução Nº 363/00 (Dispõe sobre a Educação de Jovens e Adultos); 2. Resolução Nº 415/2006 (Altera o artigo 6º e o parágrafo único do artigo 11 da resolução nº 363/2000, que dispõe sobre a Educação de Jovens e Adultos, e dá outras providências).

Assinatura manuscrita em tinta azul, localizada no lado direito da página, abaixo do texto do Conselho de Educação.